

# pt notícias

Nº5 - ano I - de I a 7 de Julho de 1996

SEMANÁRIO DO DIRETÓRIO NACIONAL

## Espírito da Nação está mudando

*Questão ética volta à pauta: contra a corrupção, pela Reforma Agrária, por empregos...*

### E MAIS...

Em cumprimento à meta proposta de incentivar o debate interno, esta edição do **pt notícias** tem o primeiro encarte em **Debate**. E apresentando um dos pontos mais polêmicos atualmente no Partido, que tem como pano de fundo a Reforma do Estado.

As medidas que vêm sendo propostas pelo governador petista do Espírito Santo, tendo por meta prioritária o equilíbrio das finanças estaduais, transcendem, para o Partido, os limites de meras ações administrativas e apontam a necessidade de ser incluída na agenda de debates partidários exatamente a questão da Reforma do Estado; até por consequência da ampliação da presença do Partido na institucionalidade, seja nos Executivos, seja nos Parlamientos.

Desde a posse de FHC, o País assiste a um festival de concentração de renda, subordinação a interesses de grandes grupos econômicos e sucateamento do patrimônio público. No setor financeiro, os escândalos são gritantes: enquanto sobra dinheiro para tapar buraco de bancos falidos, cortam-se recursos da saúde, da educação, da Previdência, da Reforma Agrária, e promovem-se o desemprego e a mediocridade da estabilidade sem desenvolvimento.

O estado de espírito da Nação, porém, está mudando. A principal alteração de conjuntura é uma combinação explosiva, em que ressurgem a questão ética e agrava-se a dívida social, causando o esgotamento do capital político de FHC — refletido nas pesquisas, que mostram a queda da popularidade do Governo.

Que ninguém se iluda. Mesmo acuado, o governo FHC é autoritário. Os sintomas são claros: uso de medidas provisórias, arrogância intelectual, aversão ao movimento popular e ao sindicalismo, tentativa de deslegitimar a oposição, continuísmo — via reeleição — e outras



síndromes igualmente nefastas.

A população já percebeu que não existem as reformas que o governo tanto prega, em tom de chantagem. A reforma da Previdência virou caricatura. Junto com a Administrativa, visa violar direitos sociais, sob o pretexto de acabar com privilégios (que a base governista insiste em manter). A atual política econômica inviabiliza qualquer política social.

Por isso, o governo não tem projetos de renda e emprego. Enquanto cresce o desemprego e a exclusão social, FHC protela a inadiável Reforma Agrária e privatiza serviços públicos.

É evidente que a agenda nacional exige ações que redistribuam poder, riqueza e renda. Isso passa por reformas que capacitem o Estado a fomentar o desenvolvimento. Também urgente é uma política de empregos, salários, renda mínima e Reforma Agrária, além de uma inadiável revolução educacional.

Essas reformas só acontecerão com coesão popular, capaz de estabelecer políticas de alianças que promovam uma radical democratização do Brasil.

*José Dirceu é presidente nacional do PT*

# Timor-Leste

Deve ser muito difícil pensar que uma população devastada pela morte, totalmente amordaçada, num pequeno território, – não sabe ter medo, – é capaz de buscar forças no seu desespero, de desafiar quando está a morrer, de renovar astúcias e ponderar motivos, de moderar sentimentos e refazer energias, equilibrar esforços e conter o ódio.

Nós próprios refletimos intensamente sobre esta tenacidade, nós próprios procuramos explicar o melhor que podemos esta inesgotável força de vontade (...)

Nós próprios ficamos a admirar, a pensar como é possível tanta força interior, quando sua pele curtida nos horrores da guerra vem sendo rasgada sem contemplação nem piedade, e vergastada por vexames que decompõem o seu corpo frágil.

Nós próprios perguntamos como é



possível tanta grandeza de alma, que se agiganta suportando as dificuldades... Uma luta verdadeiramente de um Povo – que sabe sorrir a abafar o seu ódio mortal, – que sabe ser dócil para ocultar sua Luta – que se deixa amansar para melhor se entregar à rebeldia, – que se deixa bater para reforçar o seu ânimo, – que se deixa insultar para formar o seu orgulho, – que se deixa derrotar para procurar vencer!

Uma luta, popular em essência! Uma luta, um empenhamento, uma fé, uma esperança, um desejo: **VENCER !**

*Xanana Gusmão, janeiro de 1992*

“A Internet é uma rede democrática. Enquanto em outros meios de comunicação, como o rádio e a TV, somos apenas agentes passivos, isto é, não temos direito a resposta imediata, na Internet não ocorre o mesmo. Celebidades, prostitutas, estudantes, crianças, participam de fóruns de discussão, colocando suas idéias, como pessoas iguais, sobre os mais diversos assuntos. E tudo isso *on-line*. Por conseqüência, órgãos governamentais no mundo inteiro procuram proibir seu uso de forma plena, pretendendo impor uma legislação limitadora.

## Home page/e-mail

**PT/N:** ptbrasil@ax.apc.org

**PT/RS:** http://www.pt-rs.org.br  
ptrs@portoweb.com.br

**PT/Núcleo São Francisco (EUA):**  
sabiaguaba@aol.com

**Cimi:** cimi@ax.apc.org

**Fenaj:** http://www.bsb.fenaj.com.br  
fenaj@nutecnet.com.br

**Instituto Cajamar:** inca@ax.apc.org

**Instituto Cidadania:**

Instituto.Cidadania@mandic.com.br

**Movimento Nacional**

**de Luta pela Moradia:**

mnlm.sam@mail.cultura.com.br

**Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (Câmara Federal):** cdcmam@cr.df.rnp.br

**Cooperativa Agro-Extrativista de Xapuri:** http://www.ibase.org.br/caex

caex@ax.apc.org

Envie cartas para o **pt notícias** aos cuidados da Secretaria Nacional de Comunicação  
Rua Conselheiro Nébias, 1052, Campos Elíseos, São Paulo (SP) — Cep 01203-002

# Corrupção, doença da sociedade

“A corrupção é um genocídio cometido pelas elites contra a população pobre”, resumiu o presidente da ONG argentina Poder Ciudadano, Luís Gabriel Moreno Ocampo, durante a conferência internacional do Programa de Combate à Corrupção, realizada em São Paulo nos dias 24 e 25.

Para o senador venezuelano Freddy Muñoz, que participou do processo de impeachment do ex-presidente Carlos Andrés Peres, a corrupção é uma doença da sociedade, não só por sua perversão moral, como também pelos grandes desequilíbrios que produz nas diferentes esferas da vida social.

O ministro do Tribunal de Contas da

União Fernando Gonçalves disse que o combate à corrupção impõe-se como ponto inegociável para o País. O custo da corrupção, para ele, envolve a qualidade dos serviços públicos: obras inacabadas, rodovias sem manutenção, hospitais e escolas em ruínas, estudantes carentes sem merenda escolar, etc.

Gonçalves lembra que a corrupção se expressa nas licitações viciadas, superfaturamentos, favoritismo e tráfico de influências. E o posicionamento ético pessoal, por outro lado, depende do foro íntimo. Portanto, cabe à sociedade o julgamento amplo das leis existentes e que, a rigor,

deveriam mostrar eficácia para deter a onda de corrupção.

Aberta na noite do dia 24, a conferência aconteceu em meio à polêmica provocada pela morte de P.C. Farias, ocorrida no dia anterior. Lula, coordenador do Instituto, lembrou que as investigações do esquema PC partiram, principalmente, da denúncia de cidadãos, indignados com a corrupção que tomava conta do governo Collor, uma secretária e um motorista. Ou seja, é preciso conscientização da sociedade para impedir essa modalidade do crime organizado. E para isso é importante também sua organização.

Instituto Cidadania: (011) 915.7022

## Botijões de gás: um sério risco

A Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, presidida pelo deputado Gilney Viana (PT-MT), solicitou aos Corpos de Bombeiros de todo o País levantamento dos acidentes envolvendo botijões de gás. Os resultados apontam, na média nacional, a ocorrência de 45 incêndios diários por problemas com esses vasilhames.

O estado de São Paulo é o *campeão*, com 10.048 casos entre 1994 e 95. Em seguida, no mesmo período, aparecem o Ceará (1.356 casos), Pernambuco (708) e Paraná (704).

Deputado Gilney Viana: (061) 318.6930



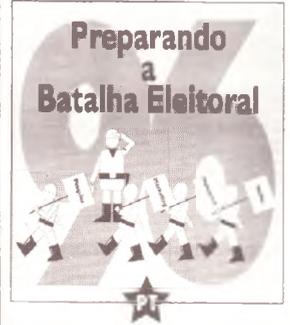
**em destaque:**

**\*R\$ 3,00**

em destaque: **GTE**

**Adquira as revistas no GTE**

**(011) 221. 5797**  
**222. 1689 com**  
**Vitória ou Roberto**



**Preparando a Batalha Eleitoral**



**O MODO PETISTA DE GOVERNAR**

**\*R\$ 4,50**

**\* Em grandes quantidades os diretórios têm descontos**

# Imagine o que seria do PT sem você!

Desde 20 de junho, milhares de pessoas estão recebendo em suas casas uma mensagem do DN/PT solicitando apoio financeiro. Recorremos aos filiados, simpatizantes, amigos e amantes do PT porque com muitos dando um pouco será possível complementar a receita do 2º semestre de 1996.

Os recursos de que o PT dispõe hoje são maiores do que no passado, entretanto não são suficientes para custear o conjunto de atividades que todos esperam do nosso partido. Além disso, administramos uma dívida que demanda mais de R\$ 100 mil por mês, para ser quitada no prazo de um ano.

## Veja como serão aplicados os recursos da campanha\*:

projeto diálogo	informatização do partido: "PTnet"; linhas 0800: para informações, sugestões e críticas; pesquisas de opinião; cadastro nacional do PT;	40%
dívida	pagamento de dívidas remanescentes da campanha presidencial de 1994.	30%
diretórios	distribuição proporcional para os 27 diretórios estaduais do PT destinação exclusiva para investimentos.	30%

\*Descontados os custos da campanha  
\*\*Todos os que contribuírem e preencherem o cadastro, receberão a prestação de contas no final de agosto/96



**DISQUE  
PT  
0900-11-0613  
BRASIL**

**O U Ç A**

Custo: R\$ 2,20 por ligação de 90"

2ª feira: a palavra dos nossos líderes no Senado e na Câmara Federal  
3ª feira: mensagem do presidente José Dirceu  
4ª feira: o recado dos movimentos sociais  
5ª feira: a orientação da Executiva Nacional  
6ª feira: a palavra de Lula  
sábado: intelectuais, artistas e personalidades do PT  
domingo: a história do Partido

Se você quiser contribuir com esta campanha, deposite qualquer quantia diretamente para:

Partido dos Trabalhadores  
Banco do Brasil  
Agência 3323-5 – Barra Funda  
Conta corrente 131313-4

Em obediência à Lei Orgânica dos Partidos Políticos, é preciso declarar o nome e o número do CPF daqueles que contribuem. Por isso, pedimos que você notifique, por telefone, fax ou carta, seu nome, o valor da contribuição e o nº do seu CPF.

O pedido de contribuição é acompanhado de um questionário para conhecer melhor a opinião dessas pessoas que sempre nos ajudam, mas raramente têm a oportunidade de expressar suas críticas e sugestões. Esta pesquisa faz parte do que estamos chamando *Projeto Diálogo*, que objetiva construir canais amplos e permanentes de comunicação.

Os resultados da pesquisa bem como a prestação de contas da campanha financeira serão divulgados no

*pt notícias*, no final de agosto.

Se, por qualquer razão, você não pode contribuir financeiramente, informe seu endereço completo para receber o questionário da pesquisa e passar a constar do nosso cadastro nacional.

Em qualquer caso, pedimos que o retorno

seja o mais breve possível.

Coordenação da Campanha Financeira: Clara Ant, secretária nacional de Finanças e Planejamento

# O FAT e políticas de emprego

Em 16 e 17 de maio, realizou-se em São Paulo o 1º Encontro das Comissões Estaduais de Emprego (CEE), promovido pelo Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador), para discutir as perspectivas de implementação de projetos de geração de emprego e renda no País.

As Comissões são tripartite (empresários, governo e trabalhadores) e visam garantir que os setores produtivos e o gestor público, em conjunto, elaborem políticas que levem em conta o crescimento da produção e do emprego nacionais. As experiências ditadas pelo governo e pelos empresários não têm garantido a geração de empregos para a maioria da sociedade.

## Yanomami fazem denúncias

As lideranças do povo Yanomami estão denunciando às organizações indígenas e às entidades de apoio o aumento das invasões de seu território – localizado no Amazonas e em Roraima – por garimpeiros.

E a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias está debatendo o projeto de decreto legislativo 365/93, proposto pelo deputado (e militar) Jair Bolsonaro (PPB-RJ), que revoga a homologação da demarcação das terras Yanomami. Em resposta a este projeto, o ministro da Justiça, Nelson Jobim, afirmou que estas terras são intocáveis.

Deputado Gilney Viana (PT-MT): (061) 318.6930

A principal conclusão é que políticas de geração de emprego e renda devem ser buscadas desde o município até os estados e a União, e de que temos, hoje, vários projetos sendo implantados, como renda mínima, cooperativas, banco do povo (Distrito Federal e Porto Alegre), bolsa-escola, que devem ser analisadas por todos os estados.

Também se definiu como prioridade a criação de um sistema público de emprego, que possa garantir a atualização profissional, a requalificação e a recolocação da mão-de-obra, além de uma preocupação central com as perspectivas do primeiro emprego para os jovens.

Delúbio Soares de Castro/secretário sindical nacional: (011) 223.7999 ramal 245

## Entidade rifa automóveis

O Instituto Esperança, da região de São Mateus, na capital paulista, está lançando uma campanha financeira, através da venda de rifas de dois Corsa Wind, para a sustentação de seus projetos.

O Instituto se define como uma “entidade humanista e de caráter ecológico, que tem por finalidade contribuir para a construção de uma sociedade justa, solidária e libertária”. Seu principal projeto em execução é a emissora livre comunitária Rádio Esperança FM 101,3. A meta, agora, é a criação de uma escola de 1º e 2º graus para a classe trabalhadora.

Instituto Esperança: (011) 919.3904

**COERÊNCIA** – A pesquisa Imagem dos partidos políticos no Brasil, realizada pelo Instituto Vox Populi por encomenda do PFL, apontou o PT como o partido de “maior coerência e fidelidade”, com “menos corruptos” e o que está “crescendo mais e ganhando importância”. Ao mesmo tempo, para a maioria dos entrevistados (38%), o partido tem uma imagem de radical.

**PUBLICAÇÃO** – A Secretaria de Relações Internacionais está lançando o primeiro número da revista Fórum Internacional. É uma publicação de 12 páginas, que deve ter circulação bimestral, e objetiva veicular informações e análises, expor e debater a política externa do Partido. **SRI: (011) 223.7999 ramal 236**

**EMPRESÁRIOS** – Um grupo de 30 pequenos empresários de Brasília filiou-se ao Partido no dia 19, formando o primeiro Núcleo de Empresários do PT-DF: **(061) 225.5103**

**REFORMA DO ESTADO** – Foi instalado no dia 20 o Conselho de Reforma Administrativa do governo do Estado do Espírito Santo. Na pauta do Conselho, a privatização do Banestes, o lançamento de debêntures da Cesan (Companhia Estadual de Saneamento) e a concorrência para a concessão da Rodovia do Sol. **Governo do Espírito Santo: (027) 223.1250**

**CÂMARA DOS DEPUTADOS** – O deputado Marcelo Déda (PT-SE) está propondo o estabelecimento de limites para as votações eletrônicas na Câmara. Pela proposta, o período de votação terá o mínimo de 15 e o máximo de 30 minutos. Atualmente, o encerramento das votações depende “exclusivamente do presidente da Câmara”. **Deputado Marcelo Déda: (061) 318.5383**

# Estreitos e sectários

Francamente, o PT é um dos partidos mais generosos da atualidade. É tão fácil, hoje em dia, abrir mão do fardo das políticas sociais para sobreviver no mundo neoliberal. Para o PT, se impõe o caminho difícil: lutar pela modernidade dos que sequer são considerados pelas políticas em moda, lutar por uma sociedade moderna, que resgate os seus cidadãos, e não por um pretenso Estado moderno, que exclui a maioria da sociedade.

Isso é generoso: pauta-se pela justiça social, ultimamente fora de moda. Nessa luta são tantos os militantes, às vezes anônimos, que esbanjam – e pedem – rebeldia contra o neoliberalismo e ajudam o PT a

não esmorecer. Teimam em dizer não às privatizações, ao assalto à Previdência, ao desmonte de políticas sociais, às “esmolas solidárias” em lugar de emprego e salário digno. Nas dúvidas, estão aí para insistir mais um pouquinho, até que os caminhos possíveis se construam conjuntamente.

Ninguém, que bata no peito para dizer-se petista, que tenha a sua projeção empurrada pelos sonhos e energia dessa militância atrevida, poderá, honestamente, chamar esses companheiros de estreitos ou sectários. As mulheres, que conquistam um tantinho mais de igualdade, sabem que antes foi preciso que outras radicalizassem. E continua assim.

A própria Erundina, que vamos eleger

novamente prefeita, um dia radicalizou ao exigir democracia interna do PT, conquistando o lugar de comando para uma mulher, pobre, trabalhadora, nordestina.

Na modernidade privada dos neoliberais, a generosidade do pensar político é inviável, foge à receita. Por isso, há que se bombardear o PT, domesticá-lo no possível, excluí-lo no atacado. Por isso há que se marginalizar os que lutam e alcinhá-los de estreitos e sectários. Que bom que existam companheiros que nos ajudam a não temer o discurso massacrante das elites. E continuem brindando o PT com a centelha da sua radicalidade.

Vereadora Tereza Lajolo/ PT-SP, Capital:  
(011) 3115.1355 ramal 1299



Você não precisa ter conta no Bradesco.

## Cartões PT Bradesco Visa

Procure o diretório de sua cidade.  
Agora é ele que ganha com os cartões.  
Ou ligue para o Diretório Nacional:  
(011) 223 3944 ramal 225

## Petistas do Sul em conferência



OPT do Rio Grande do Sul realiza a primeira grande atividade da campanha para as eleições deste ano no próximo dia 5, com a Conferência Estadual do Partido, que vai se encerrar com uma grande caminhada pelo centro da capital gaúcha.

Lula, Olívio Dutra, Tarso Genro (prefeito de Porto Alegre), Raul Pont e José Fortunati (candidatos a prefeito e vice da capital), deputados federais e estaduais vão estar liderando a passeata.

Na Conferência, estará sendo debatida a conjuntura, analisando-se as políticas

neoliberais dos governos FHC e Antônio Britto, e a linha de campanha a ser desenvolvida no Estado.

Nos dias 13 e 20, as secretarias estaduais de Combate ao Racismo e de Formação estarão promovendo o seminário *Eleições Municipais e a Questão Racial*. O primeiro acontece em Pelotas, em conjunto com o Núcleo de Combate ao Racismo da cidade, e o segundo em Porto Alegre.

O objetivo do seminário é estimular a militância do movimento negro a debater a questão racial, ampliar os horizontes do PT além da luta de classes e preparar as candidaturas negras para a atuação parlamentar e executiva.

PTIRS: (051) 221.5533



- **1º a 4 de julho** – Conferência Estadual de Saúde do Ceará
- **3 a 6 de julho** – Conferência Estadual de Saúde de Alagoas
- **4 a 6 de julho** – Conferências Estaduais de Saúde do Espírito Santo e Maranhão
- **4 a 7 de julho** – Conferência Estadual de Saúde do Distrito Federal
- **5 de julho** – Conferência Estadual do PT/RS. Porto Alegre
- **5 de julho** – Reunião do Coletivo da Secretaria Agrária Nacional. São Paulo, GTE
- **6 e 7 de julho** – Reunião do Diretório Nacional. São Paulo
- **6 e 7 de julho** – Seminário das Candidaturas Negras de Belo Horizonte (MG). Sindicato dos Bancários
- **8 a 11 de julho** – Feira de Empresas de Base Tecnológica (BHTEC) e Seminário de Ciência e Tecnologia. Belo Horizonte, Centro Cultural da Escola de Engenharia da UFMG
- **10 a 12 de julho** – Conferências Estaduais de Saúde de Roraima e Rio Grande do Sul
- **10 a 13 de julho** – Conferência Estadual de Saúde do Amazonas
- **10 a 14 de julho** – Conferência Estadual de Saúde do

**Plano Nacional de Emergência****Calendário de Mobilização****Agosto**

- **12** – Tribunal da Terra (PUC-SP)

Rio de Janeiro

- **12 a 14 de julho** – Conferência Estadual de Saúde de Rondônia
- **13 de julho** – Plenária Regional dos Militantes Petistas do Movimento Popular. Brasília
- **13 e 14 de julho** – Encontro Nacional de Sindicalistas do PT. São Paulo
- **13 e 14 de julho** – Seminário *Os Movimentos Populares e o PT: Desafios para a Ação*. Porto Alegre, Casa de Retiros do Morro do Sabiá
- **16 de julho** – Encontro Democrático e Popular, reunindo os partidos deste campo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre
- **16 a 19 de julho** – Conferências Estaduais de Saúde da Paraíba e Rio Grande do Norte
- **17 a 19 de julho** – Conferência Estadual de Saúde do Acre
- **18 a 21 de julho** – Conferência Estadual de Saúde de Pernambuco
- **23 a 27 de julho** – Conferência Estadual de Saúde do Mato Grosso

**pt**notícias

SEMINÁRIO DO DIRETÓRIO NACIONAL

Rua Conselheiro Nébias, 1052, Campos Elíseos, São Paulo (SP) — Cep 01203-002

**IMPRESSO**

# Os desvios do governo Vítor Buaiz

No dia 30 de maio passado, o governo do Espírito Santo divulgou um pacote de medidas, tendo como objetivo principal o saneamento das finanças do Estado. De conteúdo polêmico, principalmente nas fileiras do Partido dos Trabalhadores, mereceu nosso posicionamento na tribuna da Câmara dos Deputados, bem como dos deputados estaduais.

Repudiamos a forma, a orientação e o mérito das medidas. Julgamos necessária uma avaliação criteriosa, uma vez que as principais medidas contrariam a orientação política do nosso partido, além de serem inúteis para resolver o problema das finanças do Estado. Ressalte-se, também, que o pacote, cujo principal objetivo é o saneamento das finanças públicas, via demissão de servidores, vem em momento em que o Partido dos Trabalhadores sai às ruas justamente contra o desemprego, inclusive com uma greve geral.

**“O pacote vem em momento em que o Partido dos Trabalhadores sai às ruas contra o desemprego, inclusive com uma greve geral”**

Temos claro que estas medidas, se implementadas, trarão como consequência principal o comprometimento do serviço público, principalmente nas áreas de saúde, educação, ou seja, comprometerá o atendimento à população mais carente.

Desde a posse, o governador vem desperdiçando capital político, ao acumular uma série de erros, e reduzindo a credibilidade que a população depositou, nas urnas, no Programa Democrático e Popular. A frustração da ampla base social que elegeu o governador é patente, e se torna cada vez maior, à medida que este se afasta do programa que o elegeu.

As recentes medidas anunciadas de forma bombástica, com o marketing próprio de quem governa mais de olho na mídia do que com base em soluções efetivas para os problemas da população, significam a subordinação do governo estadual ao poder central, à cartilha neoliberal de FHC, abrindo mão do projeto apresentado à população pelo Partido dos Trabalhadores. Inclusive é o que afirma o próprio governo, nas justificativas das medidas, quando enaltece o Plano Real como um plano que redistribuiu renda, quando todas as avaliações dão conta de que a estabilização está sendo feita às custas do arrocho salarial, do desemprego e de altas taxas de juros, e com recessão. Queremos afirmar, em alto e bom som, que a orientação política das reformas apresentadas pelo governador Vítor Buaiz não emanam do ideário do PT.

No Programa Democrático e Popular afirmamos que devemos superar o atraso, a ineficiência e o autoritarismo do Estado brasileiro, construindo um novo modelo de gestão, que tem como pressuposto básico a modernização e a democratização do Estado. Necessitamos, no Brasil, de um Estado que seja democrático e socialmente controlado, com capacidade gerencial, dotada de instrumentos para prestar serviços públicos com qualidade, e que resgate a dignidade dos servidores públicos

através de sua profissionalização.

Assim é que fomos às ruas, defendendo como diretrizes a construção de um estado desprivatizado, sob controle democrático da sociedade, com transparência, desburocratizado e com probidade no trato da coisa pública. Defendemos que iríamos construir um Estado com um novo modelo de gestão, constituindo esferas públicas onde se consolidasse os interesses comunitários e o poder fosse socializado. Enfim, um modelo que descarta a premissa de que o mercado é o grande regulador, que descarta a idéia simplista de Estado mínimo, e de que a iniciativa privada seja necessariamente mais eficiente.

Temos claro que esta proposta exige forte vontade política, coordenação de governo e disposição para romper com o fisiologismo, com o corporativismo e com as práticas clientelistas da política capixaba, bem como consideramos a necessidade de recompor a máquina pública herdada, totalmente destruída pelos governos anteriores, e de enfrentar o caos econômico e financeiro em que se encontra o Estado do Espírito Santo. Esta política exigiria um governo forte, com vontade política e com coragem, inclusive, para ser oposição à política do Palácio do Planalto.

Entretanto, o governador Vítor Buaiz preferiu o caminho mais fácil de subordinar-se ao governo federal e à sua política neoliberal, cedendo nos princípios e na autonomia, para obter um empréstimo de 105 milhões de reais junto à Caixa Econômica Federal. Neste momento, dava sinal evidente da sua opção de rompimento com o programa com o qual se elegeu.

As medidas anunciadas dia 30 de maio corroboram este caminho. Fica claro na exposição de motivos, quando justifica as medidas de contenção de gastos do governo, como uma forma de adequação à política de estabilização do Plano Real, à globalização da economia e à defesa do Estado como não empreendedor. Opta pelo Estado mínimo, ao propor a terceirização de serviços e direcionando, exclusivamente, a culpa da má gestão e da baixa produtividade nos serviços públicos à ineficiência de seus servidores.

É necessário deixar claro que a adoção desta orientação é de responsabilidade exclusiva do grupo palaciano do atual governador. Não se realizou nenhum debate prévio ou consulta à bancada do Partido, nem às instâncias de direção e de base do Partido dos Tra-

**“Fomos às ruas defendendo a construção de um estado desprivatizado, sob controle democrático da sociedade”**

balhadores, nem aos demais partidos que integraram a Frente Popular, muito menos ao movimento social e sindical. Portanto, além de não reconhecermos este plano como sendo responsabilidade do Partido dos Trabalhadores, não possui nenhuma base de apoio político ou social previamente construída.

Outro aspecto deste conjunto de medidas, é a sua origem interna: o governo estadual, após um ano e meio de inércia frente ao agravamento das finanças públicas, em parte herdada do governo anterior, e em parte agravada pela incapacidade do atual, tenta

consertar com tratamento de choque seus erros.

Senão vejamos: foi uma irresponsabilidade do atual governo a concessão de 25% de aumento para os servidores públicos no início de 1995, fazendo com que a folha de pagamento saltasse de 54 para mais de 70 milhões de reais por mês. Junte-se a isto a contratação de cerca de 8 mil servidores por tempo determinado, agravando mais ainda a situação. Também recusou-se a mexer nos cargos comissionados, herdados do governo anterior, como forma de reduzir a folha. E a não aplicação da lei, já sancionada, em tempo hábil, que permite a redução da jornada de trabalho com redução de salário, soma-se aos sucessivos erros administrativos do governo.

Analisando as medidas, no mérito, observa-se a falácia e a ineficácia do plano. Ao propor a demissão voluntária, como forma de reduzir em 30% a folha de pagamento, não estima, no entanto, o número de funcionários e provoca, sem nenhuma outra opção, o aumento do desemprego. Esta medida pode acarretar problemas nas áreas sensíveis, como saúde, educação, segurança e agricultura, com queda na qualidade dos serviços prestados à população.

Nem o próprio governo arrisca-se a dizer quantos funcionários podem ser demitidos, uma vez que até hoje não realizou um censo do funcionalismo. Também não dimensionou o custo deste programa, mas propõe que os que optarem pela demissão receberão uma remuneração para cada ano trabalhado; no caso dos celetistas estáveis e não estáveis, limitada a 20 remunerações. E, para os estatutários, uma e meia remuneração por ano trabalhado. Além deste incentivo, deverá pagar todos os direitos trabalhistas previstos em lei. Se considerarmos apenas o incentivo, a título de exemplo, para um salário médio de R\$ 1.000,00, e alcançada a meta proposta, com a demissão de 22.500 funcionários, o governo deveria desembolsar 112,5 milhões de reais, o que obriga o governo a recorrer novamente aos cofres da União atrás de mais um empréstimo.

Com o Programa de Demissão Incentivada não está em pauta o coroamento de um processo de otimização do quadro aos objetivos do governo. Apenas parte da premissa de que exist-

tem servidores em excesso. Como afirmamos antes, o governo não dispõe de elementos para afirmar qualquer coisa em matéria de pessoal. Não pode, no momento, demonstrar quantos são exatamente os servidores ativos e inativos da administração direta e indireta, onde estão alocados, qual é a formação de cada um, e que função tem desempenhado, quanto ganha e há quanto tempo está no serviço público.

Implantar um programa desta natureza, além de contrariar as propostas do Partido, constitui-se em uma política temerária, pois se for bem sucedida, nos moldes propostos, elevará o endividamento do Estado e desorganizará completamente o funcionamento da máquina; caso seja mal sucedida, ampliará o descrédito do governo do Estado do Espírito Santo junto à opinião pública estadual e nacional.

A privatização das estradas se constitui em uma medida inócua: uma delas é BR, o contorno de Vitória, que atravessa três bairros pobres; a segunda é uma estrada nova, a Rodovia do Sol, e a terceira nem sequer existe. Esta medida, em termos econômicos, não acrescenta nenhum centavo às finanças públicas.

Quanto ao Fundap, o governo, por inércia, perdeu o momento para propor mudanças significativas. Quando toda a bancada estadual reclamava a necessária mudança no Fundo, há mais de um ano, o governo omitiu-se. A sua proposta atual, ao propor alíquotas na forma de bandas, pode se constituir em forma de facilitar a corrupção, a barganha política, pode inviabilizar o incentivo ao desenvolvimento do Estado, que é o objetivo primordial deste fundo.

E o aumento do número de alunos em salas de aula, tendo como pressuposto a demissão dos professores com contrato temporário, deveria ser considerada dentro do projeto de implantação de um novo modelo de educação. Ao se determinar um número mínimo elevado de alunos por sala de aula, cria uma orientação de repercussão pedagógica negativa, em relação ao que sempre defendemos em termos de educação. Além disto, esta poderia ser uma medida administrativa, dentro de um planejamento da educação, e não uma medida de um pacote cujo objetivo

é a redução do déficit financeiro do Estado.

Constitui exceção a redução da jornada de trabalho com redução de salários, que já tem diploma legal, faltando apenas a regulamentação por parte do Executivo. As demais propostas dependem de projeto de lei ou de emenda constitucional. Mesmo considerando algumas como necessárias, como as que acabam com os adicionais por assiduidade, a que reduz o adicional por tempo de serviço prestado, chegam atrasadas, não têm implantação imediata e aplicam-se somente aos que não têm este direito como adquirido. Quanto às emendas constitucionais, o quórum exigido é de quatro quintos, o que as torna praticamente inviáveis no curto prazo, sem um amplo apoio social e parlamentar, que o governo não se preocupou em construir.

Em relação às propostas de privatização dos serviços, o programa de governo em nenhum momento propôs a transferência para a iniciativa privada. Ao contrário, propunha-se o controle social, a gestão democrática e a sua reestruturação como mecanismos de redistribuição de renda, à medida que dizem respeito às melhorias nas condições de vida, necessárias a uma nova base de desenvolvimento econômico e social do Estado do Espírito Santo.

Vale lembrar aqui a experiência da privatização da Escelsa – Espírito Santo Centrais Elétricas S/A. O resultado imediato foi a queda na qualidade dos serviços, o aumento da tarifa, o desemprego, com a extinção de mais de mil postos de trabalho. Isto sem falar que o nosso partido tem defendido uma política contrária à privatização indiscriminada dos serviços públicos.

A área de planejamento do governo, em documento apresentado no final de 1995, reconhecia as dificuldades financeiras do Estado, e a necessidade da implantação de medidas saneadoras das finanças públicas.

Neste sentido propunha: o controle profissional da dívida pública, de modo a não permitir o seu aumento indiscriminado. A cobrança da dívida ativa, cujo estoque acumulado somava, em 19/12/95, R\$ 314,3 milhões, dos quais R\$ 161,2 milhões, referentes a 225 processos, já haviam sido julgados em primeira instância. Este montante já

julgado em primeira instância supera em aproximadamente 50% o déficit operacional previsto para o ano de 1996, enquanto o restante ainda não julgado é superior ao montante comprometido mensalmente com o pagamento de pessoal ativo da administração direta. Também sugere o documento a modernização da Secretaria da Fazenda e o estabelecimento de parceria com os municípios para otimizar a arrecadação fiscal. Em outras palavras, a ação principal na área fiscal, como sugeria também o próprio documento de bases do governo popular, seriam suficientes para resolver o problema financeiro imediato. Quanto à estrutura administrativa, afirma: “A demissão em massa, para fins de otimização da estrutura ou para efeito de gerar economias na folha de pagamento, deve ser descartada, porque inócua para economizar recursos e desastrosa em matéria de funcionamento da máquina”.

O estudo estimava que, para gerar uma economia de apenas 10% ao ano na folha de pagamento, deveriam ser demitidos 4.500 funcionários. Aconselhava como prioridade: a relocação de pessoal segundo as áreas prioritárias e a redução da jornada de trabalho com redução salarial. O enxugamento da máquina administrativa deveria ser feito dentro de um projeto de longo prazo. Para executá-la considerava necessário financiamentos de longo prazo e, por fim, também concluía o estudo do erro de corte em despesas correntes, principalmente em áreas sensíveis.

Por fim, consideramos lamentável que o governador do Espírito Santo faça o papel do menino bem comportado da política de FHC, subordinando-se política e ideologicamente ao projeto neoliberal. Que fique claro que o governador Vítor Buaiz está na contramão das decisões do nosso Partido. Quando atacamos a visível falta de vontade do governo FHC em resolver os problemas sociais, do emprego, do salário e da enorme dívida social que o Plano Real não resolveu e não vai resolver, o governo do Estado do Espírito Santo resolve seguir a mesma cartilha que combatemos

Deputado Federal João Cóser (PT-ES)

**“O resultado imediato da privatização da Escelsa foi a queda na qualidade dos serviços, aumento da tarifa...”**

# Precisamos estar sintonizados nas demandas do nosso tempo

Ao término de nosso primeiro ano de governo, com melhor conhecimento e entendimento da atual conjuntura econômica do País, decorrente da implantação do Plano Real e da inserção de nossa economia num modelo de globalização e seus efeitos nas finanças do Estado, pudemos, com melhor clareza, esboçar e propor medidas iniciais visando o equilíbrio orçamentário da administração estadual.

As incertezas nas políticas cambial, de juros e de comércio exterior nos davam pouca segurança para emprendermos ações mais contundentes, dado o perfil de atividades econômicas do Estado.

Os efeitos da internacionalização da economia no papel da administração pública, tanto federal quanto estadual, não estavam bem claros. Daí, também, a necessidade de elaborarmos mudanças com maior cuidado. Optamos pela prudência, evitando recuos, tal qual ocorreram com medidas em nível federal.

Foi nesse contexto que submetemos, no início deste exercício, nossas primeiras propostas ao Poder Legislativo, buscando o equilíbrio de nossas finanças. Os resultados não foram suficientes, muito embora, naquele momento, nosso desejo tenha sido de que as medidas fossem mais amplas. Isso não foi possível, por motivos diversos, que não cabe aqui e agora enumerar.

Temos posto em prática diversas ações, tais como:

- aprimorar o sistemas de arrecadação, tanto com o uso de recursos legais quanto educando a população sobre o papel e a importância do tributo;
- drástica redução nas verbas de custeio, com ênfase para as áreas de serviços não essenciais;
- cortes localizados nos recursos de órgãos, autarquias e empresas públicas, como, recentemente, adotamos nos órgãos vinculados à agricultura;
- renegociação e rolagem da dívida com condições mais favoráveis de juros, entre outras.

Todas essas medidas não têm, todavia, sido suficientes para eliminar o déficit mensal da ordem de R\$ 24,5 milhões.

Acompanhando e avaliando as ações adotadas e aprofundando em outras alternativas pesquisadas e estudadas nos últimos 90 dias, sob os prismas social, econômico e político, resolvemos vir a público para anunciar um novo conjunto de decisões e propostas. As decisões serão implementadas por decretos e/ou medidas administrativas. As propostas, encaminhamos em forma de projeto de lei ou emenda constitucional para análise e apreciação do Poder Legislativo, ao qual compete a aprovação.

Todas as medidas decididas ou propostas estão voltadas para um ajuste profundo nas finanças do governo, na sua estrutura e na sua base de sustentação. Algumas dessas medidas promovem cortes de efeito imediato nas despesas, outras vedam o crescimento vegetativo da folha de pagamento dos servidores.

Temos absoluta consciência de que se tratam de medidas drásticas, mas são inevitáveis e a um só tempo modernizantes. Assim entendemos, e acreditamos que também a sociedade o entenderá, haja vista a manifestação explícita nesse sentido de expressivos meios formadores de opinião de nosso Estado em diversas publicações.

O governo não pode esperar mais para adotá-las, sob pena de cruzar a barreira da ingovernabilidade e do total colapso na prestação de serviços. Temos consciência, também, de que se tratam de medidas contravertidas. Todavia, estamos certos da sua pertinência, na medida em que corrigem deformações decorrentes da não revisão e atualização das relações do poder público com a sociedade e com os seus servidores.

Estamos decidindo priorizar, sim, a socialização dos serviços públicos essenciais com qualidade, e não perenizar o papel do poder público como empregador irresponsável, às custas dos contribuintes. Optamos por ter poucos produzindo muito e o essencial, e não muitos produzindo pouco e, não raramente, o supérfluo, na visão dos socialmente mais necessitados.

Todos sabemos que o Estado não mais pode se apropriar do papel de empregar, como medida socializante, como foi no passado. Deve sim, agora, e já deveria há algum tempo, criar condições para que se gere empregos. A não revisão dessa postura paternalista histórica é que levou ao caos as finanças públicas, desaguando na má remuneração dos seus servidores e atrasos de pagamento, com conseqüente queda de estímulo, falta de perspectivas e baixa produtividade. Daí para a ineficiência na prestação dos serviços básicos foi um passo pequeno.

Não podemos passar ao julgamento da história como um governo anacrônico. Precisamos, ao contrário, estar perfeitamente sintonizados nas demandas do nosso tempo. Dentre essas demandas, quatro são mais importantes:

- a garantia da empregabilidade, com a busca do desenvolvimento sustentável;
- a prestação de **serviços públicos**, mas não necessariamente **estatais**, para garantir o nível de vida da população;
- a manutenção da estabilidade da moeda, com a queda da inflação;
- a readequação do papel do Estado, saindo de provedor para empreendedor/indutor.

Hoje, para que essas demandas sejam potencialmente atendidas, é imperativa a **promoção da reforma do Estado** e a **redução do endividamento público**. Ainda mais porque, com o Plano Real, a estabiliza-

**“Temos consciência de que ajustes se farão necessários, na busca de propiciar à sociedade a contrapartida à sua confiança”**

ção monetária causou uma imediata tendência ao agravamento do déficit público. As receitas públicas deixaram de ser corrigidas, enquanto as despesas mantiveram um permanente crescimento inercial, proveniente dos benefícios e vantagens conquistados pelo funcionalismo público no passado. Vantagens e benefícios devidos e justos em momentos de inflação galopante como mecanismos atenuantes das perdas salariais.

Agora, com inflação baixa, seu papel já foi cumprido e não há mais porque serem mantidos. Sua função foi circunstancial e, como tal, transitória. Não há razão para torná-los permanentes. Até mesmo considerando que, concebidos como fator de equilíbrio salarial, agora se tornam desequilíbrio orçamentário.

Por outro lado, a estabilização expandiu a renda da população e ampliou ainda mais as demandas por bens e serviços e a necessidade de investimentos. Mesmo antes, tais demandas não vinham sendo atendidas satisfatoriamente pelo poder público, limitado em sua capacidade de investir e de gerir atividades econômicas e de infra-estrutura.

Neste contexto, o governo estadual, assumindo a sua responsabilidade pública e o seu compromisso político com a *manutenção e a melhoria da prestação de serviços públicos*, anuncia as seguintes medidas de ajuste financeiro, no campo da Administração dos Recursos Humanos:

- Projeto de Lei, que está sendo encaminhado à Assembléia Legislativa, instituindo o Programa de Demissão

Incentivada para servidores estatutários e celetistas (estáveis e não-estáveis) da administração direta e autarquias. Com esta medida, o governo pretende reduzir em 30% o valor total da folha de pagamento do Poder Executivo, o que significa uma repercussão financeira mensal estimada em R\$ 14.220.177,00;

- Projeto de Lei para alterar a Lei nº 4.006/87, que trata do Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos, com a finalidade de diminuir a contrapartida do Tesouro Estadual no pagamento da folha dos servidores inativos. Esta medida deverá resultar em redução mensal de gastos da ordem de R\$ 2 milhões;
- Decreto regulamentando a Lei Complementar nº 77, que permite a redução de carga horária, e dos salários, para os servidores da administração direta e indireta. Pretende-se atingir com esta ação, em média, de 2% a 5% dos servidores, o que corresponde a 1.300 servidores, permitindo uma redução de custos estimada em R\$ 1,5 milhão;
- Projeto de Emenda Constitucional revogando a Concessão do Adicional de Assiduidade, concedido a cada dez anos de serviço no percentual de 25%;
- Projeto de Lei alterando o Adicional por Tempo de Serviço, que passa a ser de 1% por ano de trabalho, limitado a 35%, uniformizando a concessão nas autarquias;
- Emenda Constitucional alterando a forma de incorporação de cargos comissionados e funções gratificadas aos proventos. Com a alteração, só serão incorporados os valores percebidos pelo exercício de cargo em comissão ou função gratificada se o servidor que, na data da sua aposentadoria, contar mais de dez anos em exercício neste cargo ou função gratificada, dos quais os cinco últimos anos deverão ser ininterruptos;
- Emenda Constitucional propondo a exclusão da contagem de tempo de serviço prestado a prefeituras, outros estados e governo federal, para efeito de concessão de adicional por tempo de serviço;
- Projeto de Lei uniformizando direitos, vantagens e benefícios concedidos aos servidores da administração direta e autarquias, adaptando os Planos de Cargos e Salários à Lei Complementar 46, no prazo de 180 dias. Tal medida visa a padronização dos benefícios e redução de custos;
- Projeto de Lei fixando o número mínimo de 25 alunos por sala de aula, para o ano letivo de 1997, promovendo a revisão do mapa de carga horária no prazo de 60 dias. A medida refletirá em redução do número de designação temporária;
- Redução de 30% dos gastos das empresas públicas (Emater, Emesp, Prodest, Cohab, Ceturb), num valor estimado em R\$ 1.370.771,72;
- Decreto regulamentando os salários dos dirigentes da administração indireta – empresas públicas e sociedade de economia mista. Sua repercussão imediata implicará na economia de aproximadamente R\$ 19 milhões, que somados ao ganho de R\$ 7,5 milhões, pela revisão de alíquotas do Fundap, propiciarão uma redução no déficit orçamentário mensal da ordem de R\$ 26,5 milhões.

Estamos desenvolvendo e criando condições para que se estabeleça uma permanente racionalização, simplificação e modernização dos sistemas administrativos, com efeito nos custos e na qualidade dos serviços básicos prestados à população, o que significa estarmos aprofundando estudos para as novas ações complementares no sentido de minimizar os custos públicos e otimizar as receitas oriundas da arrecadação de tributos estaduais.

Além dessas medidas de ajuste financeiro, o governo estadual entendeu que deve tomar também outras decisões mais amplas, no campo da reforma do Estado.

Hoje, entendemos que é preciso ter urgência na implementação de uma nova cultura de governo, voltada para uma nova forma de governar. No lugar do governo intervencionista e burocrático, é preciso construir as bases do governo empreendedor, voltado para a catalização e a articulação das iniciativas da sociedade. Não o governo que faz, mas, sim, o governo que faz acontecer.

Nesse sentido, anunciamos o seguinte conjunto de medidas de ordem estrutural:

- Revisão da forma institucional dos órgãos da administração indireta, com o objetivo de racionalizar serviços e diminuir custos;
- Desenvolvimento de estudos/análise de viabilidade econômica e institucional, com vistas à privatização de empresas públicas e sociedade de economia mista, que resultará na elaboração de Projeto de Lei visando o estabelecimento do Programa de Desestatização do Governo do Espírito Santo, até 30 de julho de 1996;
- Redimensionamento dos espaços físicos dos órgãos públicos, a ser concluído no prazo de 120 dias. Tal medida visa a redução de custos com aluguel, condomínio, luz, água e outros;
- Projeto de Lei propondo a revisão da alíquota do Fundap, reduzindo o percentual destinado ao financiamento. Os percentuais variam de 7,2% a 9%, gerando uma receita de R\$ 7,5 milhões ao Tesouro Estadual;
- Revisão das tarifas cobradas pelas empresas públicas e sociedade de economia mista na prestação de serviços;
- Conclusão do estudo sobre o modelo de alienação da participação do governo estadual no capital do Banestes

S/A, até 10 de julho de 1996. A partir deste estudo, a alienação destes ativos será concluída até janeiro de 1997;

- Lançamento, até 30 de agosto de 1996, de debêntures conversíveis em ações da Cesan, até o limite de 49% do seu capital;
- Elaboração, até julho de 1996, de Projeto de Lei estadual de concessão de serviços públicos;
- Realização, até 30 de julho de 1996, de estudos de viabilidade econômica e institucional, com vistas à publicação do edital de concorrência para a realização da concessão da exploração da Rodovia do Sol, do Contorno da BR 101 e da ligação Ceasa-Capuaba;
- Publicação, até fevereiro de 1997, dos estudos de concorrência para a realização de concessões de tratamento de esgotos dentro do Programa de Despoluição da Baía de Vitória, gerido pela Cesan;
- Apresentação, até 30 de julho de 1996, de estudos para alienação da frota pública de 118 ônibus. Articular e estimular a participação dos municípios da Grande Vitória no capital e na gestão da Ceturb;
- Implantar, até 30 de agosto de 1996, contratos de gestão com empresas estatais estaduais, visando o controle de seus resultados e à geração de informações fiscais consolidadas;
- Implementar, até 31 de dezembro de 1996, acordos de parcerias com grandes empresas situadas no Espírito Santo, com vistas a projetos de adoção de escolas, hospitais públicos e presídios;
- Extinção da Secretaria de Estado de Ações Estratégicas e Planejamento – Seplae – redistribuindo suas atividades da seguinte forma:

- planejamento estratégico passa a ser desenvolvido em cada Secretaria de Estado;
- qualidade e produtividade para a Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos;
- Ciência e Tecnologia para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável;
- elaboração técnica do Orçamento para a Secretaria de Estado da Fazenda;

- Criação da Assessoria de Planejamento do Governo, ligada diretamente ao Gabinete do Governador, com status de Secretaria de Estado, tendo como âmbito de ação a consolidação do planejamento global, a coordenação do orçamento público participativo e a orientação normativa e metodológica às secretarias de Estado, na concepção e desenvolvimento de seus programas e projetos;
- Formatar e constituir, até 30 de junho de 1996, o Conselho Técnico Executivo para Reforma e Modernização do Estado, que desenvolverá e gerenciará os processos de privatização, concessões, desmobilização de patrimônio, as parcerias com a iniciativa privada e a promoção do desenvolvimento, designando responsáveis por uma a uma das ações, estabelecendo e administrando cargos;
- Lançar e constituir o Conselho de Estado, já definido no Planejamento Estratégico, como instância superior de consultas, aconselhamentos, comunicações e resoluções estratégicas do governo, com reuniões trimestrais, tendo a seguinte composição:

- governador, vice-governador e secretários de Estado
- presidente da Assembléia Legislativa
- presidente do Tribunal de Justiça
- líder do governo na Assembléia Legislativa
- convidados da sociedade civil com representatividade social, cultural, intelectual, empresarial, institucional e técnica.

As medidas de caráter financeiro, estrutural e político visam a demarcação nítida e cabal de uma nova fase para o nosso governo, a partir da qual vamos operar o ajuste das finanças públicas e promover ações de reforma do Estado e melhoria dos serviços de saúde, educação e segurança.

Para tanto, contamos com as parcerias dos diversos segmentos da nossa sociedade. É preciso que todos nós passemos a compreender que o desenvolvimento do Espírito Santo é uma tarefa coletiva, e não apenas do governo estadual.

Ao implementar a série de medidas enumeradas, estamos reassumindo compromisso de fazer acontecer nossos projetos e propostas, jamais tendo, entretanto, a pretensão de sermos infalíveis em nossas decisões. Sabemos da amplitude, complexidade técnica, social e política decorrentes de tais medidas.

Estamos abertos e receptivos a críticas e revisões que não impliquem a perda do objetivo estabelecido e sim na agregação de valores para o crescimento e aperfeiçoamento das medidas. A sociedade brasileira está cansada do denunciamento inconseqüente e da crítica destrutiva. Estas precisam ser substituídas, se não pelo estímulo ao crescimento, pelo menos pela contribuição com idéias desprovidas de interesses pessoais e mesquinhos e sim cheias de espírito público e de solidariedade humana, quando as ações são regidas por bons princípios e pela boa fé.

Assim, temos consciência de que ajustes se farão necessários e serão feitos, sempre na busca de propiciar à sociedade a contrapartida à sua confiança em nós depositada e às contribuições dela recolhidas.

Vitor Buai

Governador do Espírito Santo